

ATA DA 14.^a REUNIÃO DO CONSELHO DAS ESCOLAS

14 de janeiro de 2021

Aos catorze dias do mês de janeiro de dois mil e vinte e um, reuniu, pelas nove horas e trinta minutos, por videoconferência, em sessão ordinária, o Plenário do Conselho das Escolas, sob a presidência de José Eduardo Lemos, a fim de dar cumprimento à seguinte Ordem de Trabalhos, conforme convocatória de doze de janeiro: _____

Ponto um – Tomada de posse de novo elemento do Conselho _____

Ponto dois – Balanço do primeiro período letivo _____

(Neste ponto da OT, contou-se com a presença de S. Exas., o Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação e a Sra. Secretária de Estado da Educação) _____

Ponto três – Discussão e aprovação da ata da reunião anterior _____

Ponto quatro – Assuntos diversos _____

Estiveram presentes os conselheiros Amílcar Santos, Ana Cláudia Cohen, Anabela Soares, António Castel-Branco Ribeiro, António Ventura Pinto, Fátima Moreira Pinto, Fernando Elias, Francisco La Féria e Oliveira, Idalécio Nicolau, Fernando de Almeida, João Caiado Rodrigues, João Manuel Andrade, Joaquim Tomaz, Jorge Manuel Nascimento, José António de Sousa, José Alfredo Mendes, José Eduardo Lemos, José Manuel Carreira, Lucinda Maria Ferreira, Maria Manuela Machado, Maria Celeste de Sousa, Maria Júlia Gradeço, Margarida Fonseca, Renato Alves, Rosalina Pinheiro, Rui Manuel Silva, num total de vinte e seis conselheiros. Faltou à reunião a nova conselheira, Ana Maria Reis. _____

Ponto um - Tomada de posse de novo elemento do Conselho. _____

Neste ponto não foi possível dar posse ao novo membro deste conselho – Ana Maria Reis - em virtude de a mesma, por motivos de caráter particular e urgente, que deu a conhecer ao Presidente, se encontrar ausente. _____

Ponto dois - Balanço do primeiro período letivo. _____

O Presidente saudou todos os presentes e deu início à reunião, agradecendo a presença do Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação e da Senhora Secretária de Estado da Educação, passando de imediato a palavra ao Sr. Secretário de Estado Adjunto e da Educação (SEAE), que saudou todos os membros do Conselho, em nome pessoal e em nome do Sr. Ministro da Educação e agradeceu a presença de todos para este momento de troca de ideias e de algumas informações. _____

Começou por relatar que os dados da pandemia se têm agravado, tendo sido decretado um novo estado de emergência. Trata-se de uma decisão difícil que dividiu os especialistas, mas que o Governo considera melhor que qualquer uma das outras opções. Referiu que teremos que cruzar o que aprendemos com o primeiro confinamento e que, nas reuniões realizadas em dezembro, com todos os diretores, verificou unanimidade em torno do caráter essencial do ensino presencial e das consequências negativas nas aprendizagens após o confinamento de março, p.p. Referiu que as escolas fechadas fizeram aumentar as desigualdades e que, embora tenham sido dados significativos passos na transição digital, esta está longe de ser concluída. O

processo de entrega dos equipamentos atrasou-se, não apenas por estar dependente dos fundos comunitários, mas também por causa da quebra na produção. _____

Brevemente estarão a ser distribuídos mais de trezentos e trinta mil computadores e conectividade. Acrescentou ainda que, como todos sabem, muitas vezes não é apenas o computador que está em causa, é muito mais do que isso, é o apoio em casa e são outras dimensões para as quais não temos solução. _____

Referiu que a articulação entre as escolas e as unidades de saúde foi muito eficaz. Essa eficácia diz-nos que não há razão para alterar esse procedimento uma vez que não houve praticamente contágios nas escolas. _____

O primeiro período também nos ensinou que o crescimento da pandemia não esteve associado ao facto de as escolas estarem abertas, até porque o aumento exponencial não ocorreu em setembro ou outubro, mas sim no verão e no Natal. Vão ser feitas campanhas de divulgação cívica e de cidadania, para que se possam melhorar comportamentos. Por outro lado, o ensino ficou particularmente comprometido nalgumas áreas específicas, nomeadamente o ensino profissional, o ensino artístico especializado e o ensino especial dos alunos com medidas adicionais. A ANQEP tem estado a fazer um levantamento dos potenciais recetores para a formação em contexto de trabalho. _____

Informou que vai ser articulado com o ministério da saúde um reforço de testes e rastreios em contexto escolar. _____

Terminou dizendo que assistimos a uma polarização entre a ideia de que ou as “escolas estão todas abertas” ou “todas fechadas”, que não é real. Durante todo o primeiro período tivemos turmas em casa a ter ensino a distância e turmas com ensino presencial, tivemos alunos em casa e a restante turma na escola. Tivemos sempre contextos mistos. Lembrou que, na Resolução do Conselho de Ministros n.º 53-D/2020, não damos saltos do regime presencial para o não presencial, há um regime misto intermédio, que pode ser desencadeado tendo em conta o evoluir da pandemia. _____

Relembrou que todo o material que está no site do apoio às escolas se mantém válido e que todas as equipas regionais de apoio na autonomia e flexibilidade curricular estão disponíveis para apoiar as escolas. _____

Tomou a palavra a senhora Secretária de Estado da Educação, Dra. Inês Ramires, referindo que a presença dos dois secretários de estado nesta reunião resulta de uma solicitação dos membros do governo da área da educação e não só da sua iniciativa, com o objetivo de saber qual o balanço que o Conselho das Escolas faz do primeiro período letivo.

Começou por referir que o primeiro período teve como base um trabalho prévio, que foi o retorno ao ensino presencial de alguns anos e ciclos de ensino, em maio, que serviu como teste para as escolas. Estas adequaram as suas dinâmicas, os seus procedimentos e testaram os circuitos e percursos a esta nova realidade, pondo em ação os seus planos de contingência. No início de junho, com a emissão por parte do ministério de várias orientações e do referencial elaborado pela DGS, DGE e DGEstE, foi possível fazer um trabalho de preparação e arranjar as melhores soluções para a realidade de cada escola. _____

A Secretária de Estado valorizou esta adequação e o bom trabalho feito pelas escolas, neste período prévio que resultou no bom funcionamento do primeiro período. Afirmou que os diretores deram apoio a toda a comunidade escolar, nomeadamente na vertente psicológica, com discursos de segurança e tranquilidade. _____

Referiu a importância da aplicação correta do referencial e das medidas progressivas e graduais previstas. O que se pretende com o referencial é uma padronização possível perante determinado caso. O referencial serve para balizar e para tentar tratar da mesma forma casos semelhantes. A articulação entre a educação e o ministério da saúde é fundamental e, neste momento, devido à situação epidemiológica difícil que estamos a atravessar, haverá um reforço, em articulação com o ministério da saúde, de rastreio com testes laboratoriais para SARS-COV-2 na Comunidade Escolar. _____

Salientou que este início de ano representou, dentro de uma relativa normalidade, um esforço acrescido em termos de recursos humanos, quer ao nível do pessoal do apoio educativo quer



ao nível do pessoal docente. Em julho foram abertas quinhentas vagas para assistentes operacionais e trezentas vagas para assistentes técnicos, permitindo ainda a abertura, em todos os agrupamentos, de reservas de recrutamento. Em setembro chegaram às escolas, que aparentavam maior carência, mil e quinhentos assistentes operacionais e técnicos, contratados a termo, para enfrentar a realidade covid. Entretanto foi publicada uma portaria, que determina um reforço de cinco mil novos assistentes operacionais e assistentes técnicos, com contrato por tempo indeterminado. _____

Ao nível do pessoal docente, o reforço das aprendizagens que foi necessário realizar para tentar compensar as perdas que ocorreram durante o confinamento, levou à afetação inicial de três mil e trezentos docentes, equivalentes a tempo integral. Isto levou a que, nalguns pontos do país e nalguns grupos de recrutamento, tenha havido dificuldades na colocação de docentes. Foi autorizada a atribuição de horas extraordinárias e o complemento de horário. ____ Também no âmbito do reforço das aprendizagens, foram contratados mais de novecentos técnicos especializados que chegaram às escolas através dos Planos de Desenvolvimento Pessoal, Social e Comunitário (PDPSC), apresentados pelas próprias escolas. Várias foram as áreas beneficiadas com destaque para o serviço de psicologia. _____ Terminou alegando que o reforço no sistema, em conjunto com o trabalho desenvolvido pelas escolas e pelos seus diretores, tornou possível manter as escolas abertas e valorizar o ensino presencial. _____

O Presidente tomou a palavra para informar que daria a palavra a todos os membros do Conselho que a quisessem utilizar, exortando a que nenhuma intervenção ultrapassasse os dois minutos. _____

O conselheiro Amílcar Santos, após cumprimentar os presentes, referiu que gostaria de reforçar a ideia de que o primeiro período foi um teste bem ultrapassado. As escolas conseguiram assumir-se, quer pela sinalização, quer pela articulação com as autoridades de saúde, quer pelo isolamento muito atempado de determinados casos e pela deteção das cadeias que se podiam ter criado, como lugares em que a transmissão do coronavírus não se constituiu como uma ameaça ao seu funcionamento. Mostrou, portanto, a sua concordância em que as escolas se mantenham em funcionamento, pelas razões já amplamente referidas. Um novo confinamento e um novo retorno, iria criar um enorme prejuízo para os alunos e para as famílias. Defendeu que deveria haver uma articulação do Ministério da Educação com o ministério da saúde para que os profissionais da educação fossem vacinados. Deveriam ser prioritários para a vacinação, de forma a ser dado um sinal de maior confiança e a evitar, muito provavelmente, o aparecimento de atestados médicos. _____

A conselheira Ana Cláudia Cohen, após os cumprimentos, referiu que o primeiro período correu exemplarmente e que, quer os diretores, quer os professores, quer o Ministério da Educação, todos estiveram à altura das situações. O surto que surgiu no seu concelho foi altíssimo e a escola não foi atingida. Neste segundo período a situação já é diferente e, neste momento, o agrupamento tem nove turmas confinadas. Como o primeiro período correu tão bem, preparou apenas seis salas com câmaras, pois nunca imaginou que tivesse, ao mesmo tempo, mais de seis turmas confinadas. Assim, apelou para que a fase de apetrechamento de equipamentos para as escolas e para os professores fosse feita o mais rapidamente possível. Relativamente à questão das vacinas, considera que era uma resposta muito positiva aos anseios de toda a comunidade educativa. _____

A conselheira Anabela Soares, depois de cumprimentar todos os presentes, deixou apenas duas questões que gostaria de ver clarificadas: uma relativamente ao caderno de encargos dos refeitórios escolares, uma vez que, na sua opinião, não está cumprido o despacho de 2017. Neste momento, os refeitórios escolares estão a ser higienizados pelos assistentes operacionais do agrupamento e deveriam estar a sê-lo pelos funcionários da empresa adjudicatária. Relativamente à escola digital, apenas corroborou o que já foi dito no sentido da necessidade de apetrechar as escolas com equipamentos informáticos. Como consequência desse apetrechamento, acrescentou que será necessária uma clarificação da proteção de dados, para que as escolas possam desencadear a atividade letiva da melhor forma. Referiu



ainda que a falta de cobertura de rede em várias zonas do país é um problema de difícil resolução.

O Conselheiro António Castel-Branco, após cumprimentar os presentes, dividiu a sua intervenção em dois pontos. O primeiro serviu para corroborar o que foi dito anteriormente, quer no que respeita às vacinas, quer no que respeita ao trabalho que foi feito no primeiro período. No segundo ponto apresentou algumas reticências, nomeadamente considerou que existe alguma burocracia excessiva no que diz respeito à distribuição dos computadores da escola digital, que faz com que as escolas que não têm recursos na área de informática se vejam com grandes dificuldades em desenvolver esta atividade. Alertou ainda para um problema que está a afetar as escolas da região de Sintra, Lisboa e eventualmente de outras concelhos, que tem a ver com a dificuldade em assegurar o fornecimento das fotocópias e impressão de documentos na escola, devido à transferência de competências para as autarquias. O orçamento privativo não comporta os custos desse fornecimento. Uma outra questão apresentada por este conselheiro tem a ver com a aplicação do E360, pois as escolas que enveredaram pelo plano de inovação estão com imensos problemas com a aplicação do E360. Transmitiu ainda a preocupação de se verificar em alguns agrupamentos de Sintra e de Mafra, que não foram autorizados a migrarem para regime misto, muitas infeções. Acrescentou, para finalizar, que seria muito importante manter no próximo ano letivo o reforço em recursos humanos suplementares que foram atribuídos este ano.

De seguida interveio o conselheiro António Ventura que, após os cumprimentos, referiu que não obstante os cento e setenta e sete casos com covid, ou isolamento, que ocorreram no agrupamento Frei João de Vila do Conde, continua a achar que é muito positivo que as escolas continuem abertas e que continuaremos a fazer o melhor para que os nossos alunos continuem na escola.

A conselheira Fátima Pinto, após ter apresentado os cumprimentos a todos os colegas conselheiros e aos Srs. Secretários de Estado, dividiu a sua intervenção em dois pontos. Um primeiro ponto apenas como forma de corroborar tudo o que já foi dito anteriormente, acrescentando que o primeiro período superou todas as expectativas iniciais. De seguida, referiu o problema da falta de professores nas escolas. Disse que este é um problema que irá permanecer após este período de pandemia, para o qual se terá que tomar medidas. Defende que deve ser repensada a valorização da classe profissional para que se incentivem jovens para a formação inicial de professores. A conselheira referiu que neste momento ainda tem horários sem professor apesar de todos os esforços desenvolvidos.

O conselheiro Fernando Elias cumprimentou todos e desejou um bom ano aos Srs. Secretários de Estado, desejando-lhes a continuação de boas políticas educativas. Referiu que transversalmente as questões essenciais já foram ditas. Aditou apenas dois aspetos: por um lado, considerou essencial começar a pensar atempadamente na organização do próximo ano letivo, com um diálogo muito aberto, olhando para o passado e refletindo sobre determinadas questões, nomeadamente muitas questões que o próprio conselho das escolas, a seu tempo, foi sinalizando. Por outro lado, defendeu que é necessário retomar uma ideia central, que cada vez mais faz sentido, a possibilidade de as escolas fecharem em agosto, sete a quinze dias. Fez ainda uma ressalva sobre a boa articulação entre as escolas e a delegação de saúde local.

O conselheiro Francisco La Féria cumprimentou os presentes e desejou um bom ano e muita saúde para todos. Referiu que já foi praticamente tudo dito, no entanto, fez questão de reforçar a importância do ensino presencial. A regressão na aprendizagem verificou-se como consequência do ensino a distância, essencialmente nos alunos do primeiro ciclo e nos alunos em mudança de ciclo. Referiu a importância de munir as escolas com câmaras de vídeo para satisfazer o ensino a distância quando este é necessário. Corroborou a necessidade de recursos técnicos especializados para a escola digital e também a elevada burocracia nos processos da escola digital.

O conselheiro Idalécio Nicolau, após os cumprimentos iniciais, corroborou o que foi apresentado pelos anteriores conselheiros. Relativamente ao primeiro período, no Algarve tudo funcionou de forma exemplar. Este segundo período está a iniciar-se de forma bastante



atribulada e já existem escolas fechadas. No entanto, este conselheiro também é da opinião que os alunos devem estar na escola pois é na escola que os alunos aprendem. Apresentou uma outra questão que se prende com os estágios dos cursos profissionais. Referiu a dificuldade que existe em algumas áreas em colocar os alunos em estágio. Entende que a solução será a prática simulada, embora esta não seja a que mais satisfaz os alunos e os docentes.

O conselheiro João Andrade cumprimentou todos os presentes e, de seguida, referiu-se aos estágios da formação em contexto de trabalho dos alunos dos cursos profissionais, para sublinhar, na linha do conselheiro Idalécio Nicolau, que este assunto é realmente um problema. Muitas das empresas não garantem esses estágios. Abordou o assunto da vacinação para os docentes e não docentes, até porque alguns já têm idade mais avançada, no entanto destacou um subgrupo de docentes e não docentes que diariamente contacta com alunos com necessidades educativas especiais, que deveriam ser prioritários na vacinação. O perigo de contágio destes profissionais e destes alunos é elevado, quer pelas características destes últimos, que não usam máscaras e que requerem constantemente afetos, quer pelas suas problemáticas, pois alguns deles são imunodeprimidos. Apresentou, ainda, aquilo que considerou como queixa transversal dos diretores, que neste momento também são gestores covid: o imenso preenchimento de plataformas, vindas da autarquia e dos serviços centrais que têm complicado bastante o funcionamento das escolas. Para terminar, deixou uma preocupação que já se fez notar no primeiro período e que tem a ver com a assimetria na forma como o ano está a funcionar, nomeadamente com o facto de uns alunos estarem em casa e outros na escola, o que poderá ter impacto mais tarde nas questões da avaliação, particularmente nos alunos do ensino secundário. É algo que deverá ser pensado, pois se no ano passado a situação era mais ou menos igual em todo o país, este ano já se verificam muitas assimetrias, muitas vezes mesmo dentro da própria turma.

O conselheiro João Caiado, após apresentação de cumprimentos, referiu que o primeiro período decorreu dentro da normalidade e realçou que as turmas que estiveram de quarentena continuaram, mais uma vez, a ser prejudicadas pela falta de equipamentos informáticos, apelou aos senhores Secretários de Estado para a urgência do fornecimento dos equipamentos para as escolas. Fez também um balanço do projeto que o seu agrupamento abraçou, o Projeto-piloto de Desmaterialização de Manuais Escolares, afirmando que, segundo a opinião dos encarregados de educação, a aplicação deste projeto tem-se revelado como uma prática muito positiva, uma vez que atribui aos alunos mais autonomia, permitindo uma aprendizagem ao seu ritmo.

Tomou a palavra o conselheiro Joaquim Tomaz que, após cumprimentar os presentes, questionou os Senhores Secretários de Estado sobre os exames nacionais. Referiu que era muito importante que chegassem às escolas as orientações para este ano letivo no que diz respeito à avaliação externa.

De seguida tomou a palavra o conselheiro Jorge Nascimento que, após cumprimentos e votos de um bom ano para todos, referiu que o primeiro período correu muito bem. A descentralização com a delegação de competências para as autarquias, neste caso para a autarquia de Lisboa, resolveu o problema do pessoal não docente, contribuindo assim para que este primeiro período tenha corrido muito bem. Finalizou congratulando-se com o facto de as escolas continuarem abertas.

O conselheiro Alfredo Mendes, após cumprimentos, deu conta que as situações em cada escola são muito diversas e, contrariando um pouco o que foi dito anteriormente, no seu agrupamento, neste momento, tem menos casos do que teve no decorrer do primeiro período. Acrescentou, ainda, que o contrato interadministrativo de descentralização de competências celebrado pelo município de Vila Nova de Famalicão, permitiu combater melhor a situação pandémica, nomeadamente com a colocação de assistentes operacionais e técnicos em número muito superior ao que existia até então. Este acréscimo de assistentes operacionais permitiu que a escola fizesse um excelente trabalho de monitorização do cumprimento das regras de segurança e, como tal, nunca tiveram um contágio interno, apenas



alguns isolamentos. Também deu conta que o início do ano letivo foi muito complicado, pois a organização do Ministério da Saúde não foi nada colaborante, não conseguindo dar resposta às situações por falta de meios, como sejam computadores, recursos humanos e físicos, o que criou alguns constrangimentos. Este ano tem-se sentido nos alunos as grandes perdas na aprendizagem resultantes do confinamento de março a junho, pelo que apelou à necessidade de até ao oitavo ano nos centrarmos no ensino-aprendizagem e não se considerar a realização de provas de aferição, mesmo que sejam por amostragem. _____

O conselheiro José António Sousa, após os cumprimentos aos presentes, referiu a grande importância de se terem mantido as escolas abertas, pois foi possível transmitir segurança e estabilidade para toda a comunidade escolar, mesmo com o aumento de casos. Um outro aspeto que salientou foi a avaliação dos alunos, tendo apelado ao Sr. SEAE que a decisão sobre as condições de realização das avaliações, para este ano letivo, fosse tomada o mais rapidamente possível. Os conditionalismos que todas as escolas tiveram, quer no período letivo passado, quer já neste segundo período, deveriam ser levados em linha de conta para a decisão sobre a forma como essas avaliações irão decorrer. Também partilhou da preocupação para com a formação em contexto de trabalho dos cursos profissionais. Falou ainda da burocracia que envolve a escola digital e da complexidade das solicitações na operacionalização de todo o processo, que contribui para o atraso na entrega dos equipamentos. Por último, referiu a dificuldade na contratação dos docentes em determinados grupos disciplinares. Corroborou o conselheiro Jorge Nascimento, na importância que a autarquia teve na resolução do problema do pessoal não docente para o funcionamento de muitas escolas. _____

O conselheiro José Manuel Correia cumprimentou todos os presentes e referiu que o essencial já tinha sido dito, acrescentando que o primeiro período correu bem, mas que, neste momento, o seu agrupamento já apresenta vários casos de Covid, em especial nos alunos do primeiro ciclo, pelo que perguntou se haveria possibilidade de estes alunos serem obrigados a usar máscara. Uma outra questão, que apresentou em forma de pedido de esclarecimento, foi sobre a legalidade ou não do uso das câmaras de vídeo em sala de aula. Por fim, falou do plano digital, referindo-se, não só à elevada burocracia, mas também à dificuldade em preparar todos os equipamentos informáticos para serem entregues aos alunos com o escasso número de docentes de informática que os agrupamentos possuem. _____

A conselheira Lucinda Ferreira, após cumprimentos, iniciou a sua intervenção reforçando que o primeiro período correu muito bem. Elogiou a autoridade de saúde do concelho da Feira, pelo excelente trabalho de articulação com as escolas. Apresentou dois assuntos que considera muito importantes, um dos quais se prende com a necessidade de as escolas disporem de um técnico na área de informática a tempo inteiro e o outro com o trabalho pedagógico a desenvolver pelas escolas. O primeiro período serviu para os alunos começarem a ganhar ritmo e para se reconhecer que, durante o período de confinamento, estiveram ocupados, ouviram os professores, mas não aprenderam. Referiu que a realização das provas de aferição por amostragem permitirá fazer o estudo sobre o atraso nas aprendizagens. Acrescentou ainda que a avaliação externa este ano letivo deveria desenvolver-se numa perspetiva de aferição e diagnóstico e não numa perspetiva de exame, ou de impacto sobre a transição ou não dos alunos. Finalizou dizendo que era fundamental que, no mais curto prazo possível, as escolas deveriam saber quais vão ser as regras da avaliação externa. _____

A conselheira Manuela Machado iniciou a sua intervenção apresentando cumprimentos e congratulando-se com a presença dos Srs. Secretários de Estado. Referiu que o primeiro período foi muito cansativo, mas correu muito bem. Aplaudiu a decisão de manter as escolas abertas. Referiu que a colocação de professores está a começar a ser um problema. Fez referência ao plano digital afirmando que está muito expectante e ansiosa uma vez que o equipamento existente está a ficar obsoleto. Referiu ainda que as condições de isolamento térmico das escolas que não foram alvo de obras têm muitas falhas. Por fim, parabenizou o Ministério da Educação, pela iniciativa dos planos de desenvolvimento pessoal e social pois, com este plano, foi possível à sua escola contratar um informático e um terapeuta da fala. _____



A Conselheira Celeste Sousa iniciou a sua intervenção com os cumprimentos e referiu que este segundo período está a ser muito violento pelo elevado número de contágios. De seguida, lamentou que, ao contrário do que se passa com as outras autarquias, até ao momento ainda não tivesse conseguido realizar nenhuma substituição de assistentes operacionais, por motivo de doença. Corroborou o que foi dito pela anterior conselheira e agradeceu o reforço dado às escolas ao nível do crédito horário, que está a ser muito bem utilizado para a recuperação das aprendizagens e tem permitido a contratação de técnicos especializados. A conselheira, para além de agradecer, fez o pedido, que lhe parece ser fundamental, que esta possibilidade de contratação de técnicos especializados continue por mais dois ou três anos. Considerou que, neste momento, a falta de professores é um dos problemas mais críticos da escola. É necessário motivar os professores e, neste momento, os constrangimentos existentes na progressão dos docentes ao quinto e sétimo escalões, estão a provocar efeitos desastrosos na motivação e empenho dos professores. As vagas para o quinto e sétimo escalões têm que ser repensadas. Por fim, defendeu que, se a educação é tão essencial como a saúde, então vacinem-se os professores tal como o pessoal da saúde.

A conselheira Júlia Gradeço, após a apresentação dos cumprimentos, iniciou a sua exposição dizendo que a parceria com o ministério da saúde tem sido excelente. Corroborou a referência feita pela anterior conselheira no que diz respeito à vacinação e à avaliação dos docentes, mais propriamente em relação às quotas dos diferentes universos. Pediu orientação sobre as condições em que podem estar a trabalhar os assistentes técnicos, em regime de teletrabalho. Por fim, congratulou-se com a continuidade do ensino presencial e desejou a todos um bom ano.

O conselheiro Renato Madeira, após os cumprimentos, apresentou alguns constrangimentos sentidos no início do ano letivo tais como: o facto de os alunos estarem sentados lado a lado criou alguma preocupação aos encarregados de educação; a alteração das diretrizes que levaram ao cancelamento do *take away* também causou preocupação adicional aos encarregados de educação, em especial nos meios de baixa densidade populacional, onde este tipo de prática estava a funcionar muito bem. Em relação à vacinação, este conselheiro também considera que seria uma ótima medida e um sinal de força por parte do Ministério da Educação, perante o país garantir a vacinação do pessoal docente e não docente.

A conselheira Rosalina Pinheiro, após os cumprimentos, partilhou com o plenário a boa notícia de que o seu agrupamento completa o centésimo trigésimo sexto aniversário. Foi em 1885 que foi dada a primeira aula na Escola Francisco de Holanda. De seguida referiu que está plenamente de acordo com a manutenção das escolas abertas. Acrescentou que a autarquia, apesar de não estar no processo de transferência de competências, fez vários reforços ao nível dos recursos humanos. O agrupamento está a funcionar dentro de uma normalidade muito aceitável. Referiu que a autoridade de saúde pública local tem tido um excelente trabalho colaborativo. Fez por último uma sugestão para a contratação de docentes: propôs que houvesse autorização para que os aditamentos aos horários dos professores em regime de contratação pudessem ser superiores a sete horas, o que permitiria a atribuição de horas e turmas a docentes que já estavam na escola evitando-se atrasos.

De seguida tomou a palavra o conselheiro Rui Fonseca que, após os cumprimentos, destacou o problema do recrutamento de docentes, referindo que, este ano, foi sentido nas escolas da região do Porto o problema da não-aceitação e das denúncias em reserva, feitas por parte dos candidatos, que não permite depois lançar para oferta de escola. Esteve muitos meses sem professor e, neste momento, ainda tem falta de docentes. No que diz respeito à bolsa de reserva dos assistentes operacionais, ela é muito importante, mas quando os assistentes operacionais pedem a aposentação não é possível recorrer a essa reserva.

A conselheira Margarida Fonseca, vice-presidente, tomou a palavra e, após os cumprimentos, reforçou o que foi dito pelos vários conselheiros, tendo-se regozijado pela decisão tomada ontem em manter as escolas abertas. Seguidamente referiu-se ao plano de capacitação digital dos docentes, pedindo que este plano pudesse abranger os educadores do pré-escolar. Finalizou, reforçando a ideia de que os docentes deveriam ser considerados como grupo



prioritário para a vacinação, não só porque estarão em contacto direto com as crianças e os alunos, mas também porque seria um grande sinal de confiança por todo o trabalho desenvolvido.

Por fim foi dada a palavra ao vice-presidente, Fernando Almeida, que iniciou a sua intervenção cumprimentando todos e em particular os senhores Secretários de Estado, tendo em seguida, abordado a questão, já anteriormente referida por muitos conselheiros, da disponibilidade dos serviços de saúde, sublinhando que essa disponibilidade e articulação também só foi possível porque os serviços de educação também estiveram sempre disponíveis. A Saúde e a Educação têm trabalhado em estreita colaboração. Também se regozijou com a decisão de manter as escolas abertas, considerando ser a mais acertada. Falou do teletrabalho e frisou que deveria haver uma clarificação sobre os procedimentos a adotar nomeadamente em relação aos assistentes técnicos. Acrescentou ainda que o Conselho Nacional de Educação emitiu uma recomendação recente, da qual ele próprio havia sido correlator, relativa ao pessoal não docente, onde se referia a importância de as escolas terem um técnico de informática. Cada dia que passa parece fazer mais sentido esta necessidade. Perguntou ainda se os docentes que entram em isolamento profilático, não estando doentes, podem ou não entrar em teletrabalho. Numa altura em que há falta de docentes, desta forma poder-se-ia colmatar as faltas e ao mesmo tempo dar continuidade com o mesmo docente. No seu entender esta possibilidade deveria de ser considerada.

Por último, tomou a palavra o presidente, Eduardo Lemos, agradecendo a presença dos Srs. Secretários de Estado nesta reunião para ouvir o Conselho. Felicitou a decisão tomada em manter as escolas abertas e referiu que as delegações de saúde das várias regiões têm trabalhado bem, mas tem havido uma enorme dualidade de critérios perante caso positivos ao SARS-CoV-2. Para algumas delegações de saúde, basta um aluno infetado para que toda a turma entre em confinamento, noutras o procedimento já passa por confinar, apenas, o aluno infetado. Em relação às vacinas referiu que, mantendo-se as escolas abertas, faz todo o sentido colocar o pessoal docente e não docente como grupo prioritário para a vacinação. Referiu, também, que o processo de avaliação dos docentes com observação de aulas sofreu atrasos significativos em algumas escolas devido ao adiamento da observação de aulas, causado pela Covid-19. Defendeu que o período de observação de aulas e de conclusão do processo de avaliação do desempenho relativo a 2019/2020 fosse alargado por mais algum tempo. Também defendeu que, a haver novas regras na avaliação externa dos alunos, as mesmas devem ser conhecidas o mais rapidamente possível. Considera, todavia, que a pandemia não se deve sobrepôr à avaliação externa, não a deve minimizar nem valorizar, pelo que, a manter-se as escolas abertas, também se deve manter a avaliação externa. Considera que a falta de professores é o maior problema com que se confrontarão as escolas num futuro próximo e que se irá manter e agravar após a pandemia. As medidas no âmbito da gestão escolar não são suficientes para resolver este problema que é, sobretudo, um problema político que apenas poderá ser resolvido com medidas políticas. Sugeriu que se tomassem medidas que permitam tornar a carreira docente apreciada e segura para os atuais professores e, sobretudo, suficientemente atrativa para chamar os jovens à profissão. Falou também do problema de contratação de docentes, sugerindo que, em determinado momento do processo, deveria ser possível afastar a DGAE e abrir a possibilidade de serem as próprias escolas a responsabilizar-se pela contratação, tal como aconteceu, aliás, entre 2007 e 2012 nas escolas com contrato de autonomia. Por fim, lembrou que o mandato deste Conselho das Escolas termina daqui a quatro dias, mais precisamente a 18/01/2021. Embora a lei preveja que o mandato se possa prolongar até que os atuais membros sejam substituídos, o presidente deste Conselho é de parecer que seria bom para as escolas que se desse início, tão brevemente quanto possível, ao processo eleitoral.

O SEAE, Dr. João Costa, tomou a palavra agradecendo as intervenções dos membros do Conselho e sublinhando a unanimidade verificada na defesa da decisão de se manterem as escolas abertas. A “escola” é sempre um assunto muito fraturante, todos passaram pela escola e todos têm uma opinião sobre ela. De seguida e de forma telegráfica, tentou responder a



algumas das preocupações apresentadas pelos diversos conselheiros. No que diz respeito ao plano de vacinação, referiu que, em primeiro lugar, foram vacinados o pessoal da saúde e dos lares e posteriormente as pessoas com doenças associadas, que de alguma forma sejam fator de risco e, a partir daí, foi entendimento não fazer uma segmentação por profissões, mas fazer uma segmentação por idade e risco. Todos sabemos que o corpo docente está envelhecido e que muitos têm já algumas doenças associadas, o que nos faz antecipar que muitos dos docentes serão vacinados já na primeira fase. Deixou bem vincado que, quer o Ministro, quer todo o ministério terão um olhar atento sobre a proteção de toda a comunidade educativa. Sobre a escola digital, referiu que a burocracia envolvida se deve, em parte, ao facto de os fundos que estão a financiar esta primeira vaga de computadores, serem fundos europeus para mitigar as desigualdades no âmbito da pandemia e que, por isso, se atribuem aos alunos com ASE. Para que a despesa seja elegível para reembolso é necessário garantir a rastreabilidade dos equipamentos. No que diz respeito ao E360, o programa já está a receber as parametrizações para responder às necessidades dos agrupamentos. No que diz respeito à necessidade de se começar já a preparar o próximo ano letivo, referiu que esse é realmente o trabalho de todos e que conta com a colaboração deste Conselho. Respondeu também, sobre a questão dos cursos profissionais, afirmando que a ANQEP está a fazer contactos direto com as empresas para insistir que recebam os nossos jovens. Se a empresa está em teletrabalho, os nossos alunos também podem fazer a FCT em teletrabalho.

Em termos pedagógicos, falou do impacto desta pandemia nas aprendizagens e que não se vai resolver com uma “vacinação”. O impacto nas aprendizagens irá durar muito mais do que a pandemia. As decisões que estamos a tomar neste ano letivo e os impactos vão ter que ser muito monitorizados, quer a nível central, quer a nível de cada escola, para podermos agir em cima de dados. Este é um ano em que nunca foi tão clara a diferença entre aferir e avaliar. Se não tivermos dados não podemos decidir, daí a importância de se criar um estudo amostral, que dará resultados com cobertura nacional. Relativamente aos exames nacionais e provas finais de ciclo, será dada muito brevemente informação sobre a natureza dessas provas. Sabemos que a perturbação sobre as aprendizagens continua e os níveis de perda continuam, assim, o que se pretende fazer de uma forma muito mais estruturada do que no ano passado, é tentar distinguir blocos que são facultativos/opcionais sobre dimensões que não podem ser facultativas, porque são consideradas competências gerais associadas a cada uma das disciplinas. A avaliação terá como fim avaliar o que se aprendeu e não sobre as condições de aprendizagem. Não podemos valorizar apenas o processo classificativo, temos que avaliar as aprendizagens, daí que não se tomará a decisão como em outros países, de passagens administrativas.

Sobre o plano de capacitação digital, referiu que houve um equívoco. Toda a gente olhou para o *check in*, instrumento que realmente referia que era para os docentes do primeiro ciclo até o secundário e ninguém reparou nos avisos de abertura de concurso, nos quais se explicita que estão abrangidos os educadores de infância e também o pessoal não docente.. Referiu ainda que estão a chamar os embaixadores digitais para auxiliar este processo nas escolas. Terminou dizendo que o processo eleitoral para o conselho das escolas vai ser desencadeado muito brevemente.

A última nota foi sobre a aparente dualidade nos procedimentos tidos pela autoridade de saúde. Aquilo que nós por vezes percebemos como uma decisão desigual, decorre da análise de uma avaliação específica e pontual que é feita em cada caso, em que a aplicação de critérios uniformes poderia ter grande prejuízo.

Tomou de seguida a palavra a Sra. SEE, Dra. Inês Ramires, que respondeu a várias questões. Relativamente aos cadernos de encargos dos refeitórios escolares, informou que neste momento não tinha qualquer registo de queixa sobre a falta de pessoal. No que diz respeito ao take away nos refeitórios, estão a consagrar exatamente essa hipótese em termos contratuais. Na esfera da descentralização, referiu que só neste conjunto de relatos dos diretores/conselheiros verificou-se que existem boas e más experiências. Na maioria dos casos, a proximidade tem sido vantajosa e a complementaridade das autarquias relativamente



à ação das escolas, naquilo que não esteja a correr ainda muito bem, será aferida pela comissão técnica de acompanhamento, para se tentar melhorar, uma vez que é ainda um processo em construção. Passou para a questão do pessoal de apoio educativo, referindo que tomou nota e tentará resolver o problema da ausência de substituição por aposentação, assim como o reforço na contratação de técnicos de informática. Por fim, esclareceu, que ao teletrabalho dos assistentes técnicos, se aplica a Resolução n.º 53-D/2020, do Conselho de Ministros, a qual prevê que o teletrabalho não é obrigatório. Por fim, sobre a magna questão da colocação de docentes e os problemas que a carreira docente enfrenta este ano, assim como no futuro, referiu que apesar destes problemas o ministério tem noção do trabalho que se tem que fazer para estruturar a carreira e enfrentar o futuro. Considera que este é o momento para revitalizar a carreira e para a tornar mais atraente, no sentido em que o confinamento parece que proporcionou aos encarregados de educação uma nova visão da importância e do papel social dos professores. Essa valorização foi recuperada e, para muitos dos encarregados de educação, parece essencial que se criem as condições para que se revitalize esta via profissional. Relativamente ao recrutamento de docentes, referiu que não poderemos contar com o apoio desta equipa ministerial para medidas pontuais que desequilibrem o sistema. O sistema é muito complexo e, portanto, a medida que se tomar tem que ser global. Também registou a questão sobre os aditamentos superiores às sete horas, que será analisada tal como outras medidas que, de forma gradual, têm sido acatadas pelo governo. Quanto à questão levantada pelo presidente sobre o afastamento da DGAE no processo de contratação, a Sra. Secretária de Estado não partilha da mesma opinião, referindo que a contratação de escola pode ser um novo foco de atratividade de pessoas que, ainda que não tenham a profissionalização, possam ser chamadas para a carreira docente e, eventualmente, venham conseguir a profissionalização em exercício. Ainda relativamente ao teletrabalho dos docentes, a posição do ministério é a de que o ensino é presencial e, nessa medida, o regime regra é o ensino presencial. O teletrabalho traria geometrias altamente variáveis que não seriam compatíveis com as respostas que necessitamos neste momento do sistema. Referiu que ficou também registado o problema no acesso ao quinto e sétimo escalões e que entende a questão da desmotivação dos docentes, mas que se trata de um problema de hoje porque voltou a haver progressão na carreira. Reconheceu que os instrumentos que tinham sido colocados antes e que praticamente nunca tinham sido aplicados, nomeadamente esta questão das vagas, estão agora a ser aplicados e testados. Sobre a questão da observação de aulas, o que foi indicado foi que a extensão de prazo até 31 de dezembro de 2020 tinha conseguido cumprir praticamente todas as necessidades. Finalizou dizendo que registou todas as nossas dúvidas e preocupações e leva consigo muita matéria para trabalhar. Por fim, apelou ao preenchimento do recenseamento que termina dia quinze, uma vez que é muito importante esse levantamento pois permite melhorar a informação disponível para os passos seguintes que se têm que dar, designadamente em termos do recrutamento de docentes e de abertura de vagas.

O presidente perguntou ao Senhor Secretário de Estado Adjunto e da Educação se queria usar da palavra, o qual respondeu que só queria responder a um dos conselheiros sobre o uso de máscaras no primeiro ciclo. A este respeito, referiu que o ministério segue rigorosamente as indicações do SNS e, até ao momento, não há evidências de que as crianças nessas idades precisem ou que haja benefício com o uso da máscara. Acrescentou que este tem sido um ano muito difícil, o trabalho dos diretores e dos professores nas escolas tem sido gigante, fazendo um agradecimento por tudo o que tem sido feito.

Não havendo mais intervenções, o presidente deste Conselho agradeceu a presença dos Senhores Secretários de Estado e os esclarecimentos prestados e deu por encerrada esta parte da reunião.

Ponto três – Discussão e aprovação da ata da reunião de dezasseis de julho de dois mil e vinte.



Após apreciação e aprovação unânime de pequenas correções e alterações à proposta de ata, previamente enviada a todos os conselheiros, a mesma foi posta à votação tendo sido aprovada pela unanimidade dos conselheiros presentes na reunião a que a mesma respeita. _____

Ponto quatro – Assuntos diversos. O Presidente iniciou este ponto referindo-se às eleições para um novo Conselho das Escolas e sublinhando o compromisso do Sr. Secretário de Estado para que se desse início ao processo. _____

Referiu de seguida a perda de mandato, por aposentação, do conselheiro Carlos Percheiro, o qual também perdeu o mandato no Conselho Nacional de Educação (CNE), sendo necessário que o Plenário indicasse outro representante naquele Conselho. _____

Seguidamente, apresentou ao Plenário uma proposta no sentido de se manter o ex-conselheiro Carlos Percheiro como representante do Conselho das Escolas no CNE apresentando, para o efeito, a seguinte fundamentação: certamente com alguma brevidade, haverá eleições para o Conselho das Escolas e que, nessa altura, o novo Conselho terá de formalizar a eleição dos novos membros para a representação em vários órgãos e estruturas, pelo que qualquer indicação do atual Conselho seria por tempo breve. Por outro lado, não exigindo a lei nem o regulamento que o representante do Conselho das Escolas no CNE seja um dos seus membros efetivos e tendo o ex-conselheiro Carlos Percheiro representado bem este órgão, propôs que ratificássemos a sua proposta de manutenção do conselheiro Carlos Percheiro como nosso representante no CNE, até que o novo Conselho das Escolas seja eleito. A proposta foi aprovada por unanimidade dos presentes. _____

De seguida, o Presidente referiu que deu resposta a várias petições, tais como: uma, em julho, sobre a proposta do adiamento para o ingresso no primeiro ano e uma outra, em agosto, sobre a “redução do número de alunos por turma, pelo rejuvenescimento da classe docente e pela dignificação do pessoal não docente nas escolas”. Em setembro p.p., participou nas sétimas jornadas de educação em Lousada; em outubro a convite da CONFAP (Confederação Nacional das Associações de Pais), o conselheiro Jorge Nascimento participou em representação do presidente deste Conselho, no debate sobre o papel da escola e dos educadores no âmbito do projeto escola amiga da criança; em novembro, o Presidente respondeu a uma outra petição sobre o poder da opção dos pais em escolher o ensino online ou presencial. _____

O conselheiro António Ventura refletiu sobre a eleição do Conselho Geral das escolas, no que diz respeito aos representantes dos pais/encarregados de educação. Não vê como se pode conjugar um ato eleitoral que pode envolver milhares de encarregados de educação com a situação de confinamento em que vivemos. De seguida vários foram os conselheiros que partilharam as suas experiências, tais como assembleias de pais feitas online. _____

O Presidente interveio comprometendo-se a colocar esta questão à Sra. Secretária de Estado da Educação. _____

Não se registando mais intervenções e após a leitura e aprovação da ata em forma de minuta, o Presidente deu por encerrada a sessão pelas dezassete horas, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, será assinada por mim, Fátima Céu Carola Moreira Pinto, que a secretariei, e por José Eduardo Lemos, que presidiu. _____

Fátima Céu Carola Moreira Pinto _____

José Eduardo Lemos _____

